



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-630

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 19ª (DÉCIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 25(VINTE E CINCO) DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2020(DOIS MIL E VINTE) DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMA ZOOM

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e quatro minutos, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, reunido virtualmente, na forma da convocação, em razão da impossibilidade de reunião presencial face a Pandemia da Covid-19, no seguinte endereço: <https://zoom.us/j/93533875502>

verificado o quórum com a presença dos sócios identificados que assinaram virtualmente o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento Interno), na forma da identificação e autorização de acesso constante da plataforma utilizada em caráter excepcional, foi declarada aberta a sessão pela presidente nacional, Dra. Rita Cortez, que compôs a mesa com o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada, nomeando como secretário *ad hoc* o Dr. Adilson Pires para também compor a mesa diretora dos trabalhos. Dra. Rita Cortez cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios e sócias identificados na plataforma tecnológica emergencial nessa nossa décima nona sessão plenária virtual da Casa de Montezuma, esclarecendo a ausência da Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães, em razão de problemas de saúde referindo que ela está bem e sob cuidados médicos. A presidente, dando sequência à ordem do dia, passou a palavra ao secretário, Antônio Laért Vieira Júnior, que fez recomendação aos presentes sob as regras da sessão virtual de posse para o melhor andamento dos trabalhos, esclarecendo que iríamos cumprir rigorosamente o tempo regimental e que a plataforma em uso foi adaptada para melhor aproveitamento e fluência dos trabalhos da sessão, realçando regras de utilização da plataforma zoom no que concerne, especialmente, ao fechamento dos microfones, lembrando as disposições do Regimento Interno do IAB: os relatores irão dispor do tempo regimental de 10(dez) minutos para apresentação dos pareceres e os consócios que desejarem esclarecimentos gozarão de 3(três) minutos para suas intervenções, mediante inscrição prévia pelo *chat*(sala de bate-papo) que será controlado por mim e pelo Dr. Adilson Pires, sendo esclarecido que ao final desse tempo a palavra será automaticamente emudecida



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

mediante aviso prévio ao orador faltando um (1) minuto, tendo, na sequência, sido devolvida a palavra à presidente Rita Cortez. Cumprindo a pauta se passou as **PROPOSTAS DE INDICAÇÕES**, sendo convidado o presidente da comissão de direito processual civil, Dr. Ivan Nunes Ferreira, lembrando a presidente o mesmo tem caminhado na trilha de buscar resolver conflitos da maneira mais rápida e eficiente, concedendo em seguida a palavra ao indicante para discorrer sobre a primeira indicação: **OBJETO:** Proposta de Indicação sobre o Projeto de Lei 4755/2020. **MATÉRIA:** Projeto de lei que amplia atribuições dos Oficiais de Justiça **Palavras-chave:** Atribuições do Oficial de Justiça. Ampliação. Agentes de inteligência. Economia processual. Melhoria da prestação jurisdicional. **Autor da Indicação:** Dr. Ivan Nunes Ferreira - Comissão de Direito Processual Civil. Dr. Ivan Nunes agradeceu e disse se tratar de PL de autoria do deputado federal Ricardo Silva. Esclareceu que é cada vez mais difícil que um juiz faça diligências pessoalmente por falta de tempo ou vontade e esse projeto vem suprir uma lacuna. O diretor secretário, Laért Vieira, pediu a palavra que lhe foi concedida, para manifestar sua preocupação, não com a pertinência, mas sim com o mérito do PL que reflete uma ideia que não corresponde muito à realidade face as estruturas de gabinete hoje existentes, além de representar a demissão de ato personalíssimo reservado ao magistrado. Miro Teixeira pediu a palavra e referiu episódio relatado por Saulo Ramos, citando o então juiz Cesar Peluso quando foi realizar uma inspeção judicial num processo de direito de família. O Primeiro Vice-Presidente Sérgio Tostes, se manifestou não vendo problema maior no PL. Colocada em votação a pertinência restou aprovada: 96% - SIM e 4% - NÃO. A presidente agradeceu e chamou o Dr. Ilan Eliel Swartzman, concedendo-lhe a palavra para discorrer sobre a segunda indicação. **OBJETO:** Proposta de Indicação sobre o Anteprojeto de Lei nº 1, de 2019. **MATÉRIA:** Institui o Código Brasileiro de Energia Elétrica e dá outras providências. **Palavras-chave:** Anteprojeto de Lei nº1/2019. Código Brasileiro de Energia Elétrica. Setor Elétrico Brasileiro. CBEE. **Autor da Indicação:** Dr. Ilan Leibel Swartzman - Comissão de Direito da Energia Elétrica.; Dr. Ilan informou se tratar de PL de autoria do deputado Lafaiete Andrade visando reunir a legislação de energia elétrica brasileira. Referiu que todos tem olhado para o setor de energia, sobretudo, depois do longo apagão ocorrido no estado do Amapá, daí por que o tema merece estudo aprofundado do IAB. Após o exame da pertinência, se aprovada, foi esclarecido que o anteprojeto terá que ser fatiado para melhor exame pela comissão. Miro Teixeira pediu a palavra, que lhe foi concedida.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Disse ter a impressão que o PL mistura consolidação de leis com inovações, novas políticas para o setor elétrico e matrizes energéticas, o que não parece adequado. O consócio Luís Fernando Prioli disse ter participado de duas audiências públicas promovidas pelo deputado autor do PL tendo realmente a impressão que ele está mesmo misturando as coisas, o que reforça a necessidade de exame pelo IAB. Sérgio Luiz Pinheiro Sant' Anna pediu a palavra para sugerir a realização de audiência pública sobre o tema convocada pelo IAB, porque a questão diz respeito à cidadania. Colocada em votação a pertinência, a mesma restou aprovada: 100% - SIM. O PL será examinado pela comissão de Energia Elétrica. A presidente agradeceu e dando seguimento a ordem do dia convidou o Dr. João Carlos Castellar Pinto para defender a terceira indicação, que é destinada ao exame da comissão de direito agrário e urbanístico - **OBJETO:** Projeto de Lei Complementar 174/2019. **MATÉRIA:** Legalização de construções e acréscimos no Município do Rio de Janeiro. Lei do “Puxadinho”. **Palavras-chave:** Direito urbanístico. Mais-valia. “Lei do Puxadinho”. Calamidade pública. Constitucionalidade. **Autor da Indicação:** Dr. João Carlos Castellar Pinto - Comissão de Direito Penal, concedendo a palavra ao indicante. O indicante informou que sendo sua esposa urbanista o assunto é tratado em casa e que o PL conta com a crítica severa de grande parte da sociedade carioca, tanto que o MP tem realizado iniciativas tendentes a evitar o que o PL tem o intuito de legitimar, já tendo ADI em curso no TJRJ. A ideia seria então o IAB examinar a questão e encaminhar também ao relator da ADI. Colocado em votação restou aprovada: 97% - SIM e 3% - NÃO. A presidente agradeceu e referiu duas vitórias em temas que o IAB atuou como amigo da corte. O primeiro assunto, diz com questão trabalhista referente a decisão monocrática no agravo de instrumento para destrancamento do recurso de revista que foi reconhecida inconstitucional tendo sustentado pelo IAB o Dr. Roberto Tolentino. O segundo, foi a suspensão pelo STF das áreas de manguezais objeto das resoluções do CONAMA revogadas, normas de proteção ambiental restauradas pelo STF. Dando sequência aos trabalhos, a presidente esclareceu aos presentes sobre a questão plataformas digitais e vínculo de emprego face a subordinação estrutural ou aos algoritmos, negócios disruptivos objeto de quarenta(40) projetos de lei em trâmite no congresso nacional, dos quais, dois(2) desses projetos de lei, serão destacados e objetos de explanação pela comissão de direito do trabalho, onde o tema polêmico não alcançou unanimidade; o primeiro, a seguir e o próximo, na sessão de 2.12.2020, convocando o presidente da comissão de direito do trabalho, Dr. Daniel Apolônio a complementá-la, o qual esclareceu



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-630

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

se tratar do trabalho por plataformas ou por demanda, justificando a ausência da coautora do parecer em razão de sua maternidade recente. Na sequência convocou o Dr. Rosildo Bonfim para usar da palavra expondo o parecer de sua lavra e da Dra. Bianca Bonfim Carelli. **EXPOSICÃO** - Exposição acerca de dois Projetos de Lei, o Projeto de Lei n.º 3748/2020 da relatoria da Deputada Tabata Amaral (PDT-SP) e o Projeto de Lei n.º 3797/2020 da relatoria do Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que no cenário das relações de trabalho, objetivam instituir e dispor sobre o regime de trabalho sob demanda e, também, criar um marco regulatório para a contratação de prestadores de serviços de aplicativos de entrega e motoristas. **EXPOSITORES:** Dr. Rosildo Bonfim e Dra. Bianca Bonfim Carelli da Comissão de Direito do Trabalho. Dr. Rosildo Bonfim iniciou dizendo que esse mínimo legal não será construído. Lembrou aos presentes que falamos dos conhecidos UBER, RAPPI, LOG, IFOOD, CABIFY, onde hoje trabalham quatro milhões e meio de brasileiros. Disse que essas pessoas tem certa autonomia, sendo gerentes autocontrolados. Não são autônomos. Paga-se com cartão de crédito esse serviço e no cupom fiscal fica claro que dita as regras que são os titulares dessas plataformas já que é o nome das mesmas que aparece. Será que a tecnologia será santificada indagou. Essas pessoas que trabalham sob demanda não são autônomas, à luz do art. 7º, inciso I da CRFB. Esses PLs ferem a Constituição Federal, porque asseguram migalhas de direitos em prol de não reduzir margens de lucros dessas empresas. Dra. Cristiana Maia, da comissão de direito digital pediu a palavra para discordar da exposição, defendendo posição contrária e solicitando a remessa do parecer em exposição para exame por aquela comissão também. Disse que UBER, CABIFY é reservado a quem tem emprego fixo, viabilizando outro tipo de relacionamento. Informou que a LGPD dispõe sobre decisões automatizadas com acesso a árvore lógica decisória, o que não se confunde com auditoria total de códigos e algoritmos. A presidente agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao Dr. Paulo JB Leal, representante do IAB no Rio Grande do Sul(RS), o qual disse que, como advogado trabalhista e professor de direito do trabalho tem pensado muito sobre a questão e que não compreender e resistir não parece ser a melhor alternativa para atravessar essa onda avassaladora, porque a resistência pode somar esforços na destruição que se avizinha. Conduzir as coisas dessa forma, com todo respeito ao Dr. Rosildo Bonfim não vai trazer bons resultados segundo sua experiência. Dr. Rosildo Bonfim agradeceu as manifestações, porém disse que hoje temos quatro milhões e meio (4,5) de trabalhadores assim e sessenta (60) milhões à margem da CLT, questionando



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

qual a base científica para saber se esses trabalhadores são autônomos. A CRFB garante a relação de emprego também nesse território virtual. Disse que o parágrafo único do art. 6º da CLT fala em “meios telemáticos”, havendo subordinação nesse aparato virtual face a subordinação por algoritmo. Informou que a plataforma UBER que é a mãe de todas as demais, face se tratar da primeira experiência não resiste a uma perícia computacional, porque os termos de uso e privacidade da plataforma revelam que o motorista não pode ser substituído, o que revela pessoalidade; avaliações abaixo de quatro(4) levam ao descredenciamento dos prestadores nessa plataforma, o que revela o poder diretivo. Será que estamos tratando de uma democracia sequestrada em prol da produtividade indagou o expositor. Na sequência, Miro Teixeira usou da palavra para realçar a importância do tema e de seu acompanhamento. Dr. Jorge Folena pediu a palavra para esclarecer que o tema em debate é a precarização das relações de trabalho e lembra dos “alugados” dos livros de Jorge Amado, o que representa retroagir e não avançar no bem estar das pessoas criando subterfúgios como a pejotização validada pelo STF. A Dra. Leila Bittencourt pediu a palavra para realçar a necessidade de adequação às novas condutas impostas pela era digital, solapando direitos históricos, lembrando que tudo deveria ser permeado pela ideia de servir ao homem e não o contrário com a mitigação de direitos básicos do homem em favor da tecnologia. A presidente agradeceu ao Dr. Rosildo Bonfim e as intervenções. Seguindo a pauta, foi colocado em votação a **PROPOSTAS DE SÓCIOS PARA SEREM VOTADAS:** **MEMBRO EFETIVO PROPOSTO:** DR. GONZALO MARTIN SALCEDO, **PROPONENTE:** DR. FÁBIO TÚLIO BARROSO - aprovado 100%; **MEMBRO EFETIVO PROPOSTO:** DR. MARCELLO TERTO E SILVA, **PROPONENTES:** DRA. ALESSANDRA BALESTIERI E DR. DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA - aprovado 100%; **MEMBRO EFETIVO PROPOSTO:** DR. MARCOS JOSÉ DE ALMEIDA FERRÉ COUTINHO, **PROPONENTE:** DR. ANTÔNIO LAÉRT VIEIRA JÚNIOR E DR. RANDOLPHO GOMES - aprovado 100%. Na sequência, o secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, referiu a **LISTA DE DOAÇÕES À BIBLIOTECA DANIEL AARÃO REIS** - Doação do Consócio Roberto Ferreira Rosas ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo A.; GALDINO, Flavio. Uma vida dedicada ao direito: estudos em homenagem a Roberto Rosas. Rio de Janeiro: GZ, 2020; **Doação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 76, abr./jun. 20. as quais estão disponibilizadas no site do



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

IAB. Não havendo **PROPOSTAS DE SÓCIOS PARA SEREM LIDAS**, a presidente, na sequência, passou a palavra ao Diretor Secretário, Antônio Laért Vieira Júnior que anunciou os eventos agendados de amanhã até 4 de dezembro de 2020, referindo o que vem sendo realizado pelo Instituto, em que pese as limitações da crise sanitária, registrando *lives e webinars* semanalmente agendadas e ocorridos e por se realizar como os eventos anunciados, recomendando a todos visitar com frequência o *site* e a TV IAB no *youtube*, além das mídias sociais onde o Instituto marca presença. A presidente retomou a palavra, agradecendo a todos, se congratulando por vê-los bem e com saúde. Nada mais havendo a tratar, às 19:50h a presidente da mesa, Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, declarou encerrada a sessão eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Rita de Cássia Sant'Anna Cortez

Presidente do IAB Nacional

Antônio Laért Vieira Júnior

Diretor Secretário do IAB e Secretário da sessão